



EXM.º SENHOR

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PÓVOA DE LANHOSO

_____, contribuinte fiscal n.º _____
residente em _____, freguesia de _____
concelho de _____ com código postal _____ - _____
_____ na qualidade de _____, do prédio onde pretende
realizar as obras de _____, vem requerer a
V.Ex.ª, em conformidade com o disposto nos artigos 74.º e 76.º do regime jurídico aprovado pelo Decreto-
Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações, se digne promover a emissão do alvará de
operação de loteamento respeitante ao processo de obras n.º _____ / _____, cujo licenciamento foi
aprovado por despacho exarado em _____ / _____ /20____ (vosso ofício n.º _____ /DGUP-20____, de
_____ / _____ /20____).

Para o efeito junta os seguintes elementos (selecione a caixa correspondente ao documento anexado):

☐ **Suporte digital de todos os elementos que integram o presente pedido**, nos moldes do
estabelecido pelo RMUE;

☐ **Declaração de Conformidade do Formato Digital;**

☐ **Documentos comprovativos da qualidade de titular** de qualquer direito que confira a faculdade de
realização da operação ou da atribuição dos poderes necessários para agir em sua representação, se
aplicável;

☐ **Apólice de seguro de construção, quando for legalmente exigível**, acompanhado de:

☐ Comprovativo do pagamento de seguro;

☐ **Apólice de seguro que cubra a responsabilidade pela reparação dos danos emergentes de
acidentes de trabalho**, nos termos previstos na Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, acompanhado de:

☐ Comprovativo do pagamento de seguro;

☐ **Termo de responsabilidade assinado pelo técnico responsável pela direção técnica da obra**, nos
termos do disposto na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo
3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações;

☐ Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada,
nomeadamente através do cartão de cidadão do diretor de obra;

☐ Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico responsável
pela direção técnica da obra, emitida pela respetiva ordem profissional;

☐ **Comprovativo de contratação**, por vínculo laboral ou de prestação de serviços, por parte da empresa responsável pela execução da obra, conforme alínea c), n.º 4, artigo 22.º, da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações;

☐ **Declaração de titularidade do certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas, de certificado de classificação de industrial de construção civil ou título de registo na atividade**, a verificar no ato de entrega do alvará com a exibição do original do mesmo;

☐ **Livro de obra**, com menção do termo de abertura;

☐ **Plano de segurança e saúde**, acompanhado do respetivo termo de responsabilidade do seu autor;

☐ Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão do técnico;

☐ Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico autor do plano de segurança e saúde, emitida pela respetiva ordem profissional;

☐ **Minuta do contrato de urbanização aprovada**, quando exista;

☐ **Planta de síntese da operação de loteamento**, em formato papel, e em formato digital quando exista;

☐ **Descrição pormenorizada dos lotes** com indicação dos artigos matriciais de proveniência;

☐ **Atualização da certidão da conservatória do registo predial** anteriormente entregue;

☐ **Termo de responsabilidade assinado pelo diretor de fiscalização de obra** nos termos do disposto na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, considerando a definição disposta no artigo 3.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações;

☐ Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão do técnico;

☐ Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional do técnico autor do plano de segurança e saúde, emitida pela respetiva ordem profissional;

☐ Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e ulteriores alterações;

☐ Outros:

Pede deferimento,

****Assinatura reconhecida ou comprovada por funcionário municipal mediante a exibição do bilhete de identidade ou com assinatura digital qualificada, referindo o n.º do CC/BI e validade.**

Consentimento prévio, para receber notificações através de telefone ou correio eletrónico, nos termos da legislação em vigor ☐ **Sim** ☐ **Não**

Póvoa de Lanhoso, de de

**